

yuímakĩ

Edição temática: Povos Indígenas e Serviços Ambientais > janeiro a junho > 2014



***Povos Indígenas e
Serviços Ambientais no Acre***

EDITORIAL



“Nós todos juntos procuramos mais informações sobre o assunto dos serviços ambientais e estamos reunidos para cada vez mais entender melhor o que é o SISA. Temos os conhecimentos próprios na natureza. O trabalho dos AAFIs ajuda também a cuidar, salvar, usar o que tem na natureza. O vento, a água, a semente, a floresta, a terra boa para plantar e a comunidade. Ela é que mora dentro da floresta e conhece por experiência a ciência. Tem os animais, os pássaros, as caças, as formigas e outros, todos convivendo. Todo mundo da comunidade sabe, ouve, observa, presta atenção na natureza. Isso está relacionado à biodiversidade e ao conhecimento tradicional.”



Com estas palavras, o coordenador da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígena do Acre (AMAAIAC), Josias Maná Kaxinawá abriu a oficina sobre serviços ambientais, realizada em novembro passado, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da CPI/Ac. Participaram da oficina 42 indígenas de 7 povos e 19 Terras Indígenas. A discussão sobre clima é um assunto importante neste tempo em que se pode notar que mudanças no tempo estão acontecendo, como por exemplo: ventos fortes, aumento de água das chuvas que provoca grandes alagações, igarapés secando, floração em épocas diferentes, temperaturas diferentes e aqui no Acre já se sente aumento do calor.

O papel dos povos indígenas no equilíbrio do ambiente é de grande importância. Sabemos que a manutenção dos serviços ambientais se dá em grande parte pelos conhecimentos que os povos indígenas tem e praticam através do manejo milenar das florestas. Manter a biodiversidade, fazer o manejo dos recursos naturais, manter as culturas, as línguas e os conhecimentos indígenas são grandes contribuições destes povos à sustentabi-

lidade. No Acre, por exemplo, as Terras Indígenas tem grande cobertura florestal com isso os povos indígenas contribuem em manter as nascentes preservadas, a regulação das chuvas, as espécies protegidas e bem manejadas, com solo de qualidade, citando apenas alguns exemplos.

As oficinas de informação e esclarecimentos sobre o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambiental (SISA) buscam reconhecer e valorizar os conhecimentos indígenas que mantêm a alta diversidade biológica e sócio cultural que existe no Acre. Sendo a formação uma linha de atuação forte da CPI/Acre, as oficinas buscam concretizar um dos princípios do SISA, que é o da construção de instrumentos de participação, gestão, controle e registro do Sistema. O pioneirismo do Acre de ter criado uma lei estadual que fomenta, estimula e amplia o debate sobre serviços ambientais e ecossistêmicos, que reconhece a importância dos povos indígenas nas discussões sobre clima integradas a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, deve também ser a oportunidade para se consolidar bases sustentáveis e diferenciadas para a relação entre as pessoas e a floresta.



OFICINAS DE INFORMAÇÕES SOBRE O SISA E SERVIÇO AMBIENTAL

▣ *Flavia Cunha - Forest Trends*

A oficina sobre clima e serviços ambientais buscou promover um espaço para a troca de experiências e informação entre atores-chaves do Acre no tema de serviços ambientais, como é o caso da Associação Sociocultural Yawanawa (ASCY), da Associação Apiwtxa, da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC).

Na ocasião, a representante do IMC, Monica Julissa, falou sobre como se encontra a implementação da Lei do SISA, informando que 2013 foi de grandes desafios para sua efetivação através da consolidação dos instrumentos de planejamento para o subprograma que visa atender às necessidades específicas das comunidades indígenas, assim como para conseguir alcançar os resultados que o respaldem. Como exemplo, citou que um dos empenhos do IMC está sendo dirigido à validação dos princípios, critérios e indicadores para a obtenção do certificado socioambiental CCBA (sigla em inglês para Aliança Comunidade, Clima e Biodiversidade), a fim de dar as garantias jurídicas e institucionais para a execução das atividades.

Também foi mencionada pela representante do IMC a



Lideranças lêem e debatem os princípios do SISA.

criação de um mecanismo financeiro para gestão territorial em ambiental das TIs, conforme solicitação das lideranças no processo de diálogo para criação do SISA. Inicialmente este mecanismo viria a partir de fundos patrocinados pelo



A participação das lideranças indígenas proporcionou momentos para que manifestassem seus pontos de vista e compartilhassem um pouco sobre a realidade das comunidades em que vivem, assim como suas expectativas diante de processos como a regulamentação do SISA.



KfW (banco alemão que apoia a cooperação indígena no Brasil) que aprovou um projeto para reduzir emissões de CO₂. Os recursos desse projeto entraram como uma doação com encargos, no valor de 40 milhões de reais para ser aplicados em serviços ambientais em todo o estado do Acre.

De acordo com o governo 70% serão dirigidos a ações de ponta para pequenos produtores, povos indígenas e subsídios da borracha e para a consolidação do SISA (validação e instrumentos para operacionalização do SISA).

Outro tema destacado na oficina foi o entendimento das salvaguardas socioambientais, focada no consentimento livre, prévio e informado no contexto do SISA, apresentado pela Forest Trends. O objetivo de



Trabalho em grupo durante a oficina de informação sobre o SISA.

abordar esse tema foi para enfatizar que os representantes indígenas devem ser consultados e devem ter participação ativa na tomada de decisões relacionadas aos seus territórios e por isso devem reivindicar seus direitos, e o que for de seu interesse devem construir conjuntamente com outros atores, iniciativas de incentivos econômicos para a conservação das florestas e a manutenção dos serviços ambientais em seus territórios.

A participação das lideranças indígenas foi bastante interativa e proporcionou momentos para que manifestassem seus pontos de vista e compartilhassem um pouco sobre a realidade atual das comunidades em que vivem, assim como suas expectativas diante a processos como a regulamentação do SISA. Entre suas reflexões se identificou o sentimento de que eles consideram suas atividades cotidianas como serviços ambientais,

que beneficiam a sociedade em geral sem que isto seja devidamente reconhecido como uma prestação de serviço com benefícios e/ou compensações. Também manifestaram que as experiências em comunidades que gerou algum tipo de benefício não são reconhecidas como incentivos à conservação do meio ambiente.

Entre as instituições participantes estavam a CPI/Acre, a Fo-

rest Trends, a FUNAI - CR Juruá, o IMC, que firmaram compromisso de intensificar suas agendas de atividades prioritárias a realização de ações voltadas a formar e informar de maneira regular e continuada a comunidades indígenas acerca dos serviços ambientais e os processos de reconhecimento dos povos como mantenedores do ambiente saudável e equilibrado. ▣



Semeando frutas. TI Seringal Independência.

AS VOZES DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS

Fotos: Acervo da Associação Apiirixá, Nilson Tiuve e Josias Mará.



Lideranças indígenas.

▣ *Tashka Yawanawa - ASCY*

Nós os povos indígenas, não precisamos aprender de como preservar as nossas florestas, nós já fazemos isso naturalmente, isto já é um serviço ambiental que os povos indígenas prestam para o estado, para o país e para o mundo. É um serviço que naturalmente, desde que a gente vive na floresta nós fazemos isso. Reconhecer isso, e a gente receber pra continuar desenvolvendo as nossas atividades, para continuar fortalecendo as nossas culturas, pra continuar protegendo o nosso território, é mais que legítimo. E essa é uma grande discussão que vem se fazendo nesses últimos anos. Aqui no Acre criou-se uma grande polêmica de quem é a favor e de quem é contra. Ficou parecendo assim muito aqueles missionários que vem

aldeia que dizem: Se você é crente, você vai para o céu, se não você for crente, você vai pro inferno. A gente não pode levar pra esse lado. A gente não pode tomar posição assim. Os serviços ambientais tem contribuição dos povos indígenas. Mas os povos indígenas, nós



E essas mudanças climáticas, no nosso português comum, de aldeia, de seringal seria a “mudança do tempo”. E nós, os povos indígenas, temos que nos informar, temos que nos capacitar, acima de tudo, para a gente tomar as decisões certas.

É importante que a gente possa acompanhar estas discussões.



lideranças, nós não podemos ser contra nem a favor de algo que a gente não sabe o que é, se não nós vamos estar tomando decisões erradas. Você vai ser contra uma proposta de que você não conhece ao fundo. Uma coisa é vir umas pessoas e dizer: o problema de pagamento por serviços ambientais é ou REDD, ou crédito de carbono e só. Isso é muito ruim.

Que vocês estão entrando em um mercado do capitalismo, falando de uma linguagem completamente complexa, de Wall Street, de Nova York, Estados Unidos, que não tem a ver com a nossa realidade. Não vamos entrar na conversa mega capitalista. Somos a favor de a gente preservar o meio ambiente. Mas eu pergunto pra vocês: quem quer preservar o meio ambiente, mas vai deixar de usar o motor e andar de varejão? Ninguém. E quem quer fa-

zer açude com enxada? Quem quer fazer açude com trator? Tem uma grande discussão que tudo mundo quer preservar o meio ambiente, mas, ninguém quer sair da zona de conforto. Tem muitos executivos que querem preservar o meio ambiente, mas não querem trabalhar no seu escritório e desligar o seu ar condicionado. Tem muita gente que quer preservar o meio ambiente, mas não quer andar de bicicleta ou a pé, quer ir de carro. Então, assim, a gente está vivendo um dilema, não só os povos indígenas, mas os povos do mundo.

Hoje nós vivemos em uma aldeia globalizada, se a gente destrói a nossa floresta aqui, a neve não vai chegar em Nova York em dezembro como deveria chegar, então o que a gente faz aqui afeta quem vive em outras partes do mundo. Se nos países industriais as fábricas poluírem muito mais, as nossas chuvas vão enlouquecer, vai mudar aqui. No mesmo ano vai ter uma alagação enorme e no mesmo ano vai abaixar tanto o rio que as canoas nem vão conseguir navegar pelos rios. Nós Yawanawá vivemos esta experiência. Eu me lembro de novembro de 2011, o rio Gregório costuma ser cheio d'água e a gente consegue fazer em quatro horas da aldeia São Vicente à aldeia Mutum e eu estava fazendo em nove, quase dez horas, porque a gente passava o dia todo arrastando a nossa canoa na areia mesmo e era impressionante. E essas mudanças climáticas, no nosso português comum, de aldeia,

de seringal seria a “mudança do tempo”. E nós, os povos indígenas, temos que nos informar, temos que nos capacitar, acima de tudo, para a gente tomar as decisões certas. É importante que a gente possa acompanhar estas discussões.

Não é muito diferente as discussões internacionais. É cansativa a discussão, passam horas, passam dias para entender, mas é um processo lento que está sendo construído com todo mundo. Não tem nada pronto ainda, não tem nada “tá aqui, esta é a fórmula de pagamento por serviços ambientais, que nós já temos, então vamos fazer esta”. Também nós não podemos nos iludir com aquela propaganda de que “ah, os projetos de REDD, os projetos de carbono, os projetos de pagamentos por serviços ambientais, vão resolver todos os problemas das nossas aldeias, agora nós vamos

ter, assim, vai jorrar dinheiro na conta das nossas associações” porque não é. Isso é apenas um instrumento a mais que vem para apoiar as nossas atividades. Ontem nós estávamos discutindo com o Benki Ashaninka e com o Beto Borges, que o que nós queremos é dar continuidade aos trabalhos que nós já viemos desenvolvendo. As parcerias que os yawanawá tem desenvolvendo há vinte anos. Coisas que o Benki já vem fazendo há muito tempo sem inventar muito. Tem trabalhos prontos, os estudos que tem nas aldeias de gestão territorial e ambiental já é um instrumento importante porque ali foi discutido o que o povo indígena quer fazer o uso sustentável de seu território, então tem muita coisa já andada. Eu só queria dar uma pincelada nessas questões.



Foto: Adriano Dias.

Estudantes manchineri pesquisam as ervas medicinais ao redor da escola. TI Mamoodate.

Eu me chamo Josias, na língua indígena Mana Huni Kuĩ, sou Agente Agroflorestal e eu trabalho na Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre a AMAAI/AC. Então, eu fico observando todos falando e acho que a pergunta é: o que é o serviço ambiental? Então os Agentes Agroflorestais fazem o trabalho de preservar e manejar e vem trabalhando com gestão territorial. Eu senti que não é diferente de serviço ambiental, é tudo igual. Nós lidamos com a floresta com a terra, com a caça, água e até com nós mesmos. Então acho que eu senti ainda mais que já transforma os serviços ambientais em gestão territorial porque do jeito que nós criamos é para cuidar, trabalhar e atender a nossa demanda por gestão ambiental. A própria gestão territorial lida com os conhecimentos tradicionais, com os jovens, com os velhos. A gente abrange tudo.

Agora um projeto de serviço ambiental mesmo, no plano de gestão territorial sozinho não dá para fazer. Sozinho não anda, não circula. Então é isso que a gente fortalece, fazendo o trabalho, de cuidar, de preservar. Mas tem que sair da nossa voz, o espírito quem guarda somos nós. Então eu acho muito interessante que no serviço ambiental que a gente está trabalhando eu já estou pronto, ou já estou iniciado. Já estamos trabalhando há muito tempo, agora o que falta é o apoio, para dar essa continuidade. O apoio que chega do governo municipal, estadual,

federal, cria uma lei para proteger a floresta. Mas a lei que tem que funcionar, tem que segurar. Essa discussão está ultrapassando o mundo inteiro né? Que nem a gente viu no filme a formiga carregando um pedaço de folha. Acho que é um serviço ambiental dela, um trabalho comunitário. Mas a gente não sabe como é no mundo inteiro. Vamos saber nas oficinas

né? Mas o serviço ambiental que nós estamos falando são os nossos serviços, são os que vão ultrapassar tudo, não vai parar, não vai acabar por aqui e não vai guardar esse negócio de que pagam. O nosso pagamento vai continuar, assim foi que nós discutimos para cuidar, preservar, não deixar acabar.



Ilustração: participantes da oficina de atualização do PGTA

Mapa da aldeia Boa Vista. TI Kaxinawa do Rio Humaitá.

▣ *Lucas Artur Manchineri*
(OPIAC)

Boa tarde parentes. Então, o Tashka colocou uma coisa bem interessante, que nós somos muito preservadores da nossa floresta, sabemos cuidar, sabemos conviver com ela, sabemos lidar com ela e com o espírito muito forte, e aí eu faço algumas perguntas: qual é essa solução que nós podemos ter por isso como servi-

ço ambiental? Será que a gente junto com os técnicos precisa fazer e colocar em prática os projetos? Como podemos ser beneficiados, já que a gente já tem esse entendimento de que nós somos os guardiões da floresta? Qual é o ponto positivo para nós entrarmos nesse mundo, nesse programa que está saindo e que é o SISA? Porque eu achei assim, nós já falamos bastante já conhecemos tudo isso. Temos ajudado o clima, a

ter floresta, não desmatamos, então vamos nos preparar para colocar isto em prática. Já participamos de várias reuniões, já estamos o todo dia ouvindo isso, então, vamos fazer mais. Se tem serviço ambiental, se tem compensação ambiental para quem faz o que nós fazemos, então vamos colocar em prática. E quem fala muito às vezes finda perdendo a direção.



Esculturas feitas pelos AAFIs com aproveitamento de madeira.

Meu nome é Francisca, sou do povo Arara, mas estou também coordenando esse encontro e tenho participado muito dessas discussões sobre consulta, transgênicos, REDD, essas coisas que tem rolado no mundo. Aqui a gente sabe que nas Terras Indígenas se aplica o que nós queremos que se aplique. Se entender o SISA vai ajudar a gente a decidir sobre os recursos de serviço ambiental, então nós vamos procurar entender e participar. Sabemos que REDD tem a ver com desmatamento, então nas Terras Indígenas

aqui não tem esse problema, pelo menos por enquanto.

Com relação a consulta temos que reforçar. Até acontece as reuniões, até teve consulta de um dia. Mas hoje entendemos que consulta é diferente. As decisões das consultas, ou das reuniões tem que ser consideradas e hoje não estão sendo. A gente sempre tem falado que a consulta aos povos indígenas ela tem que se dar com tempo necessário né? Não é só um dia, dois dias e já decide. Depende do assunto, depende do que está sendo decidido. Não estou falando dessa oficina

O que a gente tem visto é que em um dia de oficina é muito difícil para alguns indígenas entenderem a linguagem. A gente falando de salvaguardas e outros assuntos. Mas aqui o nosso diálogo é fazer com que o governo nos entenda. A gente também tem que cumprir com as nossas responsabilidades, porque tem coisa que não é o governo que vai fazer, é a gente que vai poder apoiar. Porque nós indígenas é que fazemos serviço ambiental todo o dia. Cuidamos da preservação desde o início, a gente não destrói para fazer grandes pastos, por-

que o nosso pensamento de desenvolvimento sustentável é diferente do mundo do branco. Nós não queremos pensar somente em ter casa, ter dinheiro, ter prédio, ter gado, várias coisas. Então, nós queremos natureza é só para viver mesmo, ter um roçado. Se você ver os dados do desmatamento no Acre, vai ver que as Terras Indígenas do Acre tem floresta, as comunidades preservam a natureza. Então é importante que numa oficina dessa a gente saia cada vez mais esclarecido

sobre o SISA para ajudar o nosso povo com ideias sobre o que está rolando aí fora. São coisas que estão em outra linguagem, mas que a gente já faz diretamente e indiretamente.

Esses dias antes da oficina a gente ficou aqui avaliando as políticas. Foi uma coisa analisar o impacto da violação dos direitos em nossas vidas. Com essa falta de participação, do diálogo, de consulta, a gente está reclamando disso. A gente não quer brigar, que a gente não consegue nada no pau. Hoje a guerra

que vem para nós é silenciosa, é essa política silenciosa. E como a gente pode lidar com essa guerra silenciosa hoje? Antigamente era briga, disputa por território, matando branco com arco e flecha, matando índio com espingarda. Hoje não, a matança vem assim na unha, se a gente não estiver alerta a gente vai sofrer muito. E se serviço ambiental vem como política pública que venha de um jeito que a gente entenda e participe.



Foto: Ana Luiza Máguaço

A caça e o caçador. TI Rio Jordão.

▣ **José da Silva Shawãdawa**
(Associação Povo Arara do Igarapé Humaitá)

Então parentes vou falar rápido para não tomar muito tempo. Serviços ambientais a gente faz todo dia, toda hora nas nossas aldeias, nas nossas terras. Estamos fazendo serviços ambientais. Quem cuida da floresta, quem cuida dos rios, dos lagos, do igapó, de tudo que tem dentro da terra, dentro da floresta somos nós. Nós estamos cuidando do meio ambiente e isso é serviço ambiental. Nós estamos preservando o que é nos-

so, não estamos explorando, não estamos destruindo, nós estamos fazendo um trabalho bem suave assim, de como usar os recursos naturais de dentro da nossa floresta, que contribuem para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Para mim o jeito que nós vivemos, principalmente nós povos indígenas, fazemos essa contribuição de cuidar, zelar e está tendo esse fortalecimento com serviços ambientais. Com essas informações e repassando para o povo que está lá na comunidade, é nossa obrigação repassar para eles cuidarem mais ainda. Porque nós que

estamos cuidando da nossa terra, cuidando do nosso meio ambiente, cuidando das nossas casas e temos essa informação de que isso rebate no mundo todo. Contribui muito porque nós já estamos fazendo essa nossa proteção, com isso nós vamos fortalecer mais ainda o nosso trabalho para que não venha acontecer tantos desmatamentos, tantas queimadas, alagações, tanta exploração de madeira, exploração de petróleo para detonar. Nós povos indígenas estramos nessa batalha para que isso não aconteça.



Eu sou Assis Kaxinawa, sou da terra indígena Colônia 27, uma das menores terras indígenas do Brasil. E assim, falando dos serviços ambientais, eu vou falar um pouco da minha terra que é um exemplo do que a gente viu como serviço ambiental. Até 2005 a Terra Indígena Colônia 27 passou por uma situação muito difícil de recursos naturais. A terra era pequena e nós estávamos acabando com o que tinha. De 2000 a 2005 nós tivemos uma destruição muito grande, a Colônia 27 era só pasto. Todos os anos nós queimávamos, mas queimávamos pensando que só ia matar o capim para nascer a floresta. Mas era engano nosso, a gente queimava, queimava, mas acabava matando tudo. Então quando foi no verão de 2005, eu acho que vocês lembram aqui no Acre teve uma seca muito grande. Nesse ano nós tivemos um projeto com o governo de fazer um poço artesiano e foi furado 86 metros de profundidade. Era um tipo de máquina, um caminhão, instalaram um monte de furadeira, furamos até 86 metros e não deu um pingote de água! Com esse serviço do poço nós acabamos pensando em reflorestar a terra indígena. E foi aí que nós fizemos com o agente agroflorestal que já vinha fazendo os cursos na Comissão Pró-Índio e iniciamos plantando algumas espécies. Embora queimando, mas a gente estava plantando algumas mudas e botando as sementes para germinar.

A partir de 2005, com a experiência do agente agroflorestal, e com a minha, eu também faço parte pois sou agente ambiental indígena, com as experiências de outras comunidades, de várias reuniões, nós decidimos que não íamos mais usar o fogo, porque quando nós queimávamos mais problema a gente ia ter. Então decidimos parar de queimar e plantar mais. E na época nós não tínhamos água nem para beber ali,

tínhamos que pegar na cidade. Quando chegava a época do verão nós íamos pegar na ETA do DEAS que é o reservatório que põe água para a população de Tarauacá. E nós chegamos até a pedir apoio do governo do estado para acudir a gente e levar água naquele carro-pipa. Então, dessa destruição que nós tivemos a mudança e a gente acabou sentando e fazendo um serviço que é muito importante para nós. Então eu como li-

O artigo 7º da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante a consulta e a participação dos povos indígenas em qualquer projeto, ação, lei e qualquer iniciativa que afete suas vidas.

27

Artigo 7º

1. Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, execução e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional capazes de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação desses povos, deverá, com sua participação e cooperação, ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões que habitam. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões deverão também ser elaborados de forma a promover essa melhoria.



Mapa da aldeia São Vicente. TI Kaxinawa do Rio Humaitá.

derança chamei o meu povo, as doze famílias e decidimos fazer um serviço que nós não fazíamos e tínhamos que fazer porque se não, não teríamos mais vida. Não dava pra viver desse jeito no meio do sol. Para a população indígena tem que ter floresta, tem que ter água, índio gosta muito de água e gosta de sombra também. A gente agradece o sol, a lua, a noite, mas, do jeito que nós estávamos vivendo a vida estava difícil.

Nós já vínhamos plantando, mas a gente plantava menos do que o que a gente planta hoje, plantava só a banana, o milho, a batata que é para fazer caçuma, que é para fazer a festa. Mas hoje vimos que tem que plantar mais, criar

mais, tem que ter apoio das autoridades. O agente agroflorestal também foi muito bom para incentivar o povo. Como na terra indígena os nossos igarapés eram muito pequenos e poucos, estavam todos secos, o que nós tínhamos que fazer? Nós tínhamos que reflorestar todas as beiradas, todas as cabeceiras dos igarapés e pensamos em construir açude porque não tinha água na época. Então hoje nós temos 12 açudes, temos bastante água. Por nossa conta mesmo cavamos um poço com 18 metros de fundura e hoje puxamos 15 mil litros de água diária, bastante água.

O serviço que nós fizemos, as cabeceiras estão funcionan-

do, não estão 100% ativo, mas a floresta está voltando. E estamos plantando madeira-de-lei, frutas. Todo tipo de madeira que está nascendo ali nós não estamos destruindo mais e desde 2005 que nós não trabalhamos mais com fogo. Temos uma terra com 150 hectares. Hoje somos 34 famílias, 163 pessoas.

Então assim, o serviço que nós fizemos tivemos parceria das autoridades de governo, mas hoje precisamos ter mais. Vendo o que foi falado sobre os serviços ambientais, onde tem tantos apoios para fazer este tipo de serviço, eu acho que as terras indígenas estão fazendo para todos. Hoje os fazendeiros destruíram e estão destruindo, as grandes empresas, e nós estamos pagando por todos.

Hoje ouvimos falar tanto de serviços ambientais, dava para este setor falar da ampliação de terras indígenas, da demarcação de terras. Eu acho que isso é muito importante para nós, porque só fala dos serviços ambientais. Nós somos ambientalistas naturalmente, as pessoas da aldeia são ambientalistas e foi exemplo a minha comunidade. Hoje nós recebemos também muito apoio de melhoria para nossa terra indígena.

Hoje não dá só para nós preservarmos e mais tarde eles destruírem. Então esse apoio que a gente tem, a gente agradece, mas a gente quer mais. Eu acho que as lideranças indígenas tem que bater forte nisto. Então eu acho que nós temos que ser consultados em todos os programas hoje do Sistema,

de todos os trabalhos, as terras indígenas não podem ficar na mão das empresas e da destruição que está tendo aí. Então, nós temos que receber mais apoio mesmo, mais apoio técnico também para desenvolver a sustentabilidade maior nas comunidades indígenas.

E a Colônia 27 foi um que bateu forte e hoje somos fortes, graças a Deus, e o serviço que nós temos lá é exemplo para o mundo inteiro, pegar uma terra degradada e recuperamos hoje fazemos um pouco de tudo, artesanato, piscicultura, agricultura, reflorestamento, temos bastante SAFs. Brigamos com os capins que os fazendeiros plantavam e plantamos floresta. Esse é serviço que nós fazemos. ▣



Mariri Huni Ku. TI Baixo Rio Jordão

Foto: Fernando Sallun

EXPEDIENTE

yuimakĩ *Edição temática*

Realização: Comissão Pró Índio do Acre - CPI/Acre;

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC;

Forest Trends;

Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Edição: Vera Olinda, Francisca Costa Arara, Juliet Matos.

Diagramação: Rayza Mucunã.

Apoio: RFN, Fundo Vale, FEF/KfW.